

1 ATA DA 37ª PLENÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS 2 IHUMANOS – CEDH

3 Aos quinze dias do mês de junho de dois mil e vinte, em ambiente web, por meio
4 da ferramenta do Google Meet, às 13h30min, compareceram na Plenária do
5 Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), os seguintes conselheiros:
6 **representantes da sociedade civil:** Cynthia Maria Pinto da Luz (Centro de Direitos
7 Humanos Maria da Graça Bráz – CDH-Joinville); Jairton Fabeni (Federação
8 Catarinense de Entidade de e para Cegos – FECEC); Erli Camargo (Fundação
9 Nereu Ramos – FINER), Nadir Cardoso dos Santos (Central Unica dos
10 Trabalhadores – CUT), **representantes governamentais:** representando as
11 conselheiras Rosimari Kock e Maria Benedita Prim (Secretaria de Estado de
12 Educação – SED) estavam presentes as senhoras Cleusa Matiola e Fernanda
13 Zimmermann; Tamiris Graziottin (Casa Civil – CC); Sullivan Desirée Fischer
14 (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SDS), Fabiana de Souza
15 (conselheira suplente SDS); Deise Carolina de Souza Silva (Secretaria de Estado
16 de Desenvolvimento Econômico e Sustentável – SDE); Renata de Souza (
17 Secretaria de Estado de Administração Prisional e Socioeducativa – SAP), **como**
18 **convidados/ouvintes:** Yara Moreira (Conselho Regional de Psicologia – CRP). E
19 Manuela Ribeiro (Secretária do CEDH/SC). **Ponto 1 da pauta. A plenária é aberta**
20 **pela Secretária do conselho e em sequencia é feita a leitura da pauta, ponto 2,**
21 **para contribuições e aprovação.** A presidente Cynthia, agradece a presença de
22 todos/as e lembra que a reunião estava sendo transmitida ao vivo pelo Youtube e,
23 orienta a todos/as a manterem desligados os microfones. Cynthia sugeriu uma
24 rodada de apresentações uma vez que se encontravam presente pessoas que
25 ainda não haviam participado de reuniões anteriores e, para registro da Secretária
26 do conselho. Cynthia (CDH) comentou que por ser uma reunião fora do dia normal
27 das reuniões do CEDH, acabou se misturando com outras agendas e, em
28 consequência disso disse acreditar ser esta, uma reunião rápida. Complementou
29 pedindo desculpas porque não conseguiu dar conta de todos os documentos que
30 ficaram pendentes para serem apresentadas nesta reunião e, indagou se alguém
31 gostaria de acrescentar algum ponto/informe na pauta. A Secretária do CEDH pediu
32 para repassar um informe nos assuntos gerais. Aprovada a pauta a presidente
33 indagou a Secretaria do conselho se haviam **justificativas de ausências, ponto 3**
34 **da pauta.** A Secretária informou que apenas a conselheira Ledronete (SES)
35 justificou sua ausência. Aprovada a justificativa e, seguindo a reunião foi introduzido
36 o **ponto 4 da pauta, Discussão sobre a situação da pandemia em Santa**
37 **Catarina.** A presidente do conselho fez um breve informe sobre entrevista dada
38 neste dia pela manhã, pelo Secretário de Saúde do Estado, André Mota Ribeiro,
39 para a rede de televisão *Nossa Santa Catarina – NSC*, que; em síntese, avaliou
40 que o Estado está vivendo um momento muito delicado em relação a pandemia,
41 havendo aceleração de casos em algumas regiões e, segundo o mesmo, isso se
42 desencadeou devido a uma falsa sensação de segurança por parte das pessoas.
43 O Secretário relatou ainda que, nos primeiros 90 (noventa) dias iniciais houve um
44 achatamento da curva mas disse que o momento é de unir forças para se evitar o
45 agravamento da situação, uma vez que há uma aceleração da curva no Estado
46 neste momento. O Secretário informou ainda que os números chegaram a 13.360
47 casos confirmados de COVID-19 e 195 mortes pela doença. Complementou,
48 dizendo que, talvez esteja-se passando por uma 2ª onda dos casos de COVID,
49 principalmente na foz do rio Itajaí e no norte catarinense. E, segundo o Secretário,
50 uma das possíveis razões disso pode ser o desrespeito pelo distanciamento social.
51 Cynthia (CDH) disse que apesar do distanciamento social estar muito baixo,
52 segundo o Secretário acima citado, Santa Catarina tem sido modelo a nível
53 nacional, principalmente Florianópolis, pelos métodos que adotou para o controle
54 do surto pandêmico e, até o momento tem servido de referência para outras gestões

55 públicas. A presidente lembrou que ainda este mês o CEDH aprovou nota com
56 relação ao não funcionamento do transporte público, assegurando que isso, poderia
57 levar a um aumento dos níveis de contaminação, afirmou que; em sua opinião, esse
58 fato é o que parece estar acontecendo. Cynthia expôs a situação que está
59 vivenciando no norte do Estado, e; em síntese, a vida está correndo de forma
60 normal, respeitando-se as normas de higiene, porém o distanciamento não está
61 acontecendo. A presidente afirmou ter total discordância com a posição do governo
62 do Estado que pede para que as pessoas mantenham o distanciamento social,
63 mantenham o isolamento, porém flexibilizam os meios de transporte, o comércio,
64 as empresas, e; concluiu dizendo que o resultado disso, é que as pessoas ficam
65 obrigadas a trabalhar, a encarar o transporte público e, conseqüentemente, voltar
66 a aparente normalidade. A partir do momento em que os gestores públicos tomam
67 essas medidas, não se pode dizer que a responsabilidade por estes níveis de
68 contaminação seja da população. Cynthia (CDH) comentou que neste momento
69 está sendo pedido nos meios jurídicos a responsabilidade dos gestores pelo fato
70 desses estarem flexibilizando a defesa da vida e favor da preservação da
71 economia. Cynthia (CDH) expôs ser dever do CEDH se posicionar e alertar sobre
72 essa situação. E, complementou dizendo acreditar que em algum momento os
73 gestores serão chamados a responder nos tribunais, civil e criminalmente, por
74 essas medidas de flexibilização. Cynthia (CDH) fez uma reflexão acerca da
75 economia, relacionando a inflação e o poder de compra da população. Finalizou,
76 dizendo acreditar que no futuro haverá o *lockdown*, e; ponderou a atitude inicial do
77 governo Moisés fechando o estado de forma pioneira em 18 de março, como
78 causadora de bons resultados apresentados, até pouco tempo, porém afirmou não
79 ser o que está acontecendo nos dias atuais. A presidente, então, abriu para
80 discussão. Dona Yara (CRP) iniciou sua fala relatando que a maioria dos
81 infectologistas dizem que os meios de transporte são potenciais propagadores do
82 vírus. E, continuou dizendo que acredita ser esse o motivo dos baixos índices de
83 morte e relativo controle da contaminação no Estado. Yara (CRP) complementou
84 ainda, dizendo ser de seu conhecimento, que pessoas infectadas foram tratadas,
85 porém nenhum/a familiar é testado/a e, com isso, não havendo esse
86 acompanhamento a propagação do vírus perde-se de controle. A convidada disse
87 acreditar ser consequência do sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e
88 da destruição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A presidente passou
89 a palavra para o senhor, Nadir (CUT). O conselheiro iniciou sua fala dizendo que o
90 senso comum é *salvar a economia* em detrimento a vida. E, complementou
91 relatando que em cada reunião de grandes grupos econômicos e grandes
92 empresários, é perceptível em cada fala, em cada posição e; em cada ação que
93 está sendo utilizada neste Estado, a preocupação em *“quem vai faturar mais em*
94 *cima do caos”*. Nadir (CUT), ressaltou que as redes de supermercados, em sua
95 grande maioria, não fecharam, em nenhum momento durante a pandemia. E,
96 finalizou relatando a dificuldade em convencer os trabalhadores que em primeiro
97 lugar deva cuidar da sua saúde para que após isso *ele*, trabalhador, possa buscar
98 sua sobrevivência econômica e da própria empresa. Antes de passar a palavra para
99 a conselheira Erli (FINER), Cynthia (CDH) solicitou a conselheira Renata de Souza
100 (SAP) que, após a rodada de fala dos inscritos, a mesma repassasse informações
101 ao CEDH sobre a situação no sistema prisional. Erli (FINER) disse concordar com
102 as falas anteriores, e expôs que em sua opinião o *lockdown* será necessário em
103 breve. Comentou ainda que a fala do conselheiro Nadir (CUT) permeia os
104 pensamentos da mesma quanto a questão de *“quem ganha mais com o caos?”*. E,
105 finalizou enfatizando o relato do conselheiro Nadir (CUT) em relação ao não
106 fechamento dos supermercados durante esse período. Dando continuidade à
107 reunião, a conselheira Sulivan (DIDH/SDS) cumprimenta a todos/as e iniciou sua
108 fala afirmando que a vida em primeiro lugar. Continuou seu relato mencionando
109 existir falta de *“consciência coletiva”*, e expôs que em sua opinião parece estar

110 faltando essa consciência na sociedade. Sullivan (DIDH/SDS) afirmou que como
111 representante do governo percebe que todos estão sofrendo pressão de todos os
112 lados. A conselheira citou como exemplo os presídios que, onde foi feita uma
113 tentativa de preservar a vida, evitando que houvesse circulação de pessoas do
114 ambiente externo para o, interno com a intenção de se evitar a contaminação.
115 Sullivan (SDS) comentou também a questão de entrega de suprimentos a
116 população indígena, onde foi feita articulação com os órgãos responsáveis pelas
117 aldeias, para que estes fizessem a higienização dos suprimentos e entrega,
118 eliminando assim o contato com àqueles. A conselheira fez a correlação entre a
119 falta da consciência coletiva e reportagem que assistiu sobre aumento da
120 capacidade de recebimento de turistas em pousadas na região de São Joaquim
121 durante feriado prolongado. E, finalizou, comentando que na região Oeste do
122 Estado, nas agroindústrias, onde se está identificando índices elevados de
123 contaminação, Sullivan (SDS) afirmou a partir de contatos com os municípios haver
124 certa dificuldade em relação ao trabalho de conscientização dos imigrantes. E,
125 concluiu que seu relato é feito com base no que a mesma tem vivenciado em suas
126 atividades de proteção aos Direitos Humanos. Cynthia (CDH-Joinville) disse
127 concordar com a Sullivan (SDS) em relação a falta de *consciência crítica* e cada um
128 fazer a sua parte, porém em seguida Cynthia fez uma ressalva, afirmando ser o
129 povo Brasileiro, carente de educação política e formal. E, concluiu sua fala dizendo
130 que o “*gestor público não pode se eximir da sua responsabilidade alegando a*
131 *ignorância daquela lei ou daquele risco*”, e; complementou afirmando que a
132 “*responsabilidade é muito maior daquele que governa do que aquele que é*
133 *governado*”. Dando prosseguimento a reunião, Cynthia passou a palavra para que
134 a conselheira Renata de Souza (SAP) fizesse o seu informe. Renata de Souza
135 (SAP) introduziu seu relato lembrando que os Estados vizinhos: Paraná e Rio
136 Grande do Sul flexibilizaram as medidas restritivas e em seguida tiveram que
137 retomá-las, e por isso, disse entender a preocupação do CEDH em relação ao
138 retorno das atividades do transporte coletivo. A conselheira complementou sua fala
139 atribuindo os bons resultados obtidos com as medidas restritivas adotadas, tanto
140 do prefeito de Florianópolis quanto do governador, porém ressaltou que as
141 flexibilizações podem dar a falsa impressão à população que tudo está sob controle.
142 Renata de Souza (SAP) reafirmou a fala da conselheira Sullivan (SDS) dizendo que
143 os órgãos governamentais sofrem muita pressão e, informou que a SAP, desde o
144 início desse período tomou várias medidas sendo uma dessas a criação de uma
145 *sala de situação*. Renata de Souza(SAP) explicou que a *sala de situação* conta com
146 uma equipe de profissionais que faz o controle permanente, diariamente, dos
147 dados, que são divulgados através dos meios de comunicação e redes sociais da
148 própria Secretaria. Renata (SAP) comunicou haver casos confirmados de detentos
149 e servidores, mas que naquele momento a mesma não teria os dados atualizados
150 para repassar. A conselheira explicou que quando o preso chega fica separados
151 dos demais durante 14 dias e, na medida em que não apresenta sintomas é
152 colocado em *convívio*, Renata (SAP) esclareceu ser essa a linguagem utilizada em
153 sua Secretaria. Finalizou seu relato informando que foi feito *lockdown*, apenas
154 entrando e saindo os profissionais que precisavam estar trabalhando diariamente e
155 presencialmente. Acrescentou ainda que os atendimentos de advogados estavam
156 sendo feito quando necessário, e de forma não presencial, e; as audiências,
157 conforme o próprio Tribunal de Justiça já havia suspenso, quando preciso estavam
158 sendo feitas por videoconferência. E, finalizou informando que as visitas estão
159 sendo feitas por meio de correspondência eletrônica. Renata (SAP) disse que foi
160 preciso tomar certas atitudes que vão em desencontro com a vontade e, sugeriu
161 que se faça um Ofício ou até mesmo um e-mail para que a *sala de situação* possa
162 estar repassando as informações ao CEDH. Cynthia (CDH-Joinville) fez um breve
163 comentário como presidente do conselho da comunidade em Joinville por meio das
164 inspeções que tem feito verifica que há uma maior compreensão dos presos de que

165 não é para entrar no sistema e, ao mesmo tempo existe uma tensão maior por parte
166 dos familiares, que deve ser administrado, embora seja uma atitude normal,
167 segundo a presidente do CEDH. Cynthia (CDH – Joinville) atribuiu os bons
168 resultados apresentados no sistema ao trabalho que está sendo feito pelos
169 gestores nas unidades prisionais, aos juízes de execução penal, pelos conselhos
170 comunitários, pelos agentes penitenciários, que estão priorizando as regras de
171 higiene e restrição. Cynthia passou a palavra para a dona Yara (CRP) que reforçou
172 as informações passadas em reuniões anteriores, quanto o envio de formulário aos
173 órgãos do sistema de administração prisional pela Comissão Pró-Comitê de
174 Combate à Tortura solicitando dados. Yara (CRP) comentou que as respostas eram
175 apresentadas com as Portarias que foram estabelecidas, porém com ausência de
176 dados. Yara (CRP) disse concordar com o confinamento porém colocou que se
177 deve garantir também a saúde mental dos mesmos, citando as críticas da
178 Comissão em relação as comunicações entre os presos e familiares. Finalizou seu
179 relato expondo também a situação da proibição das sacolas com provisões
180 encaminhadas pelas famílias, afirmando que os Estados não mantém recursos
181 básicos mínimos aos presos. Cynthia (CDH – Joinville) solicitou a Yara (CRP) que
182 colocasse novamente no grupo as informações para conhecimento da conselheira
183 Renata (SAP) uma vez que sua chegada ao CEDH se deu após esse debate.
184 Cynthia (CDH- Joinville) questionou as representantes da conselheira Rosimari
185 (SED), Fernanda Zimmermann e Cleusa Matiola, quanto as denúncias que tem
186 recebido em grupos de aplicativo referentes ao não recebimento das merendas
187 escolares pelas famílias. Fernanda Zimmermann (SED) se manifestou dizendo que
188 se deve atentar se a escola é estadual ou municipal. Esclareceu que a SED tem
189 um e-mail para reclamações e orientações, e; a maioria das reclamações são de
190 escolas municipais. Fernanda (SED) informou que as escolas estaduais se
191 organizaram para as entregas dos kits e, comunicou que uma primeira entrega já
192 havia sido feita para famílias cadastradas no programa “*Bolsa Família*” e, nesta
193 semana estava sendo feita a entrega para famílias não cadastradas no programa,
194 mas inscritas conforme orientação da SED. Fernanda (SED) concluiu, orientando
195 que, caso as denúncias se refiram a escolas estaduais que fosse feita no Portal da
196 SED. A conselheira Erli (FINER) sugeriu que o CEDH propusesse algo que tenha
197 haver com segurança alimentar e economia solidária. **Encaminhamento:**
198 **Atualizar a Moção a ser encaminhada ao governo do Estado** levantando que
199 vidas devem estar em primeiro lugar, que a economia não deve se sobrepor a
200 defesa da vida humana, e; que é necessário também que a população faça sua
201 adesão as medidas de restrição (*consciência coletiva*) e pedir maior número de
202 testagem para que haja embasamento científico em cima das ações que o governo
203 toma. Cynthia (CDH- Joinville) se disponibilizou a elaborar a nota e em seguida
204 colocar no grupo. Em sequência, foi introduzido o **ponto 5 da pauta,**
205 **Considerações e aprovação da Nota de Apoio ao Instituto Igentes.** Cynthia
206 (CDH – Joinville) fez um breve relato lembrando que se tratava de um apoio que o CEDH
207 já aprovou em virtude da iniciativa do Instituto de ter entrado com uma Ação Civil Pública
208 pedindo a regularização fundiária da ocupação Frei Damião em Palhoça. A presidente
209 aproveitou a oportunidade e comentou também da **Nota da Comunidade Beira-rio, ponto**
210 **6 da pauta,** cuja carta encaminhada pelo ativista William, e colocada no grupo pela própria
211 presidente, pedia providências e auxílio na negociação com a Companhia de Habitação do
212 Estado de Santa Catarina – COHAB e governo do Estado para regularizar a referida região.
213 Cynthia (CDH- Joinville) se desculpou e explicou que não conseguiu dar conta de
214 elaboração das notas acima e lembra que ambas já foram aprovadas pelo CEDH, faltando
215 apenas a análise do conteúdo. E, comunicou que após a elaboração das notas as colocará
216 no grupo para considerações que se fizerem necessárias. Dando prosseguimento a
217 reunião passou-se para o **ponto 7 da pauta: Considerações e aprovação do**
218 **Comunicado aos Conselhos de Direitos sobre a emenda Constitucional nº**
219 **67/2013.** Cynthia, então, introduziu (CDH-Joinville) informou que não conseguiu
220 finalizar o texto mas assim como as demais notas, assim que finalizadas serão

221 colocadas no grupo para considerações. Na sequência, foi introduzido o **ponto 8**
222 **da pauta** pela presidente Cynthia (CDH- Joinville), acerca da **discussão dos dados**
223 **do SIPIA CT apresentados pela Diretora de Direitos Humanos (DIDH/SDS) e Gerente**
224 **de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos (GEMDH/SDS) para elaboração de**
225 **proposta deste conselho a Ouvidora-geral do Estado para seleção das denúncias a**
226 **serem encaminhadas.** Cynthia (CDH- Joinville) solicitou a Secretária fizesse uma
227 breve explanação quanto ao histórico que subsidia a proposta do CEDH para a
228 Ouvidoria-Geral do Estado para seleção das denúncias a serem encaminhadas. A
229 Secretária explicou que em janeiro deste ano houve um primeiro contato do CEDH
230 com a Ouvidoria-Geral do Estado e, em março deste ano, o assunto tratado nessa
231 reunião foi levado para conhecimento de todos na reunião ordinária deste conselho.
232 A secretária lembrou que nessa reunião ordinária, onde participaram pela primeira
233 vez a atual diretora de Direitos Humanos, Sullivan Desirée Fischer (SDS) e a atual
234 Gerente de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos (SDS), Fabiana de Souza,
235 onde foi deliberado pelo pleno utilizar os dados do SIPIA CT e as conselheiras
236 Sullivan (DIDH/SDS) e a Fabiana (GEMDH/SDS) ficaram incumbidas de levantar
237 esses dados para posterior análise do grupo. As conselheiras anteriormente citadas
238 montaram uma Informação GEMDH/DIDH/SDS nº 07/2020 com os dados
239 solicitados e foram encaminhados no grupo pela própria Secretária para
240 conhecimento de todos. A presidente mencionou ser tarefa do CEDH montar um
241 protocolo que defina os casos de violação que a Ouvidoria-geral remeterá ao
242 conselho para que este possa estar contribuindo de alguma forma. Cynthia (CDH-
243 Joinville) indagou a Sullivan (SDS) de que modo será feita essa interlocução com a
244 Ouvidoria. A conselheira supracitada disse concordar com a questão colocada pelo
245 CEDH quanto estar recebendo as denúncias simultaneamente a área fim para que
246 se possa fazer o acompanhamento. A conselheira sugeriu que o CEDH
247 primeiramente faça a reflexão *“de que forma quer ser incluído no fluxo de processos*
248 *da Ouvidoria”* e, complementou que o conselho *“deve ter bastante segurança de*
249 *como quer receber esses encaminhamentos”* em virtude do volume elevado de
250 denúncias, e o compromisso de ser dada a contrapartida das mesmas. A partir
251 disso, Sullivan (SDS) sugeriu “desenhar” um fluxo para ter esse/a
252 protocolo/proposta criteriosamente estabelecido/a, podendo apresentar
253 encaminhamentos padrões pré-definidos e, desta forma ganhar celeridade e
254 otimizar o tempo. A conselheira propôs utilizar determinada metodologia de forma
255 que se pegue os dados, estabelecendo critérios de prioridade e ir pedindo aos
256 poucos a inclusão no cadastro *deles* [Ouvidoria-Geral]. Complementou dizendo que
257 talvez se possa priorizar determinadas áreas que sejam mais sensíveis e que estão
258 sendo menos monitoradas e, explicou que tem áreas que são mais estruturadas e
259 que tem um acompanhamento maior, citando a área da criança e do adolescente.
260 Sullivan (SDS) finalizou sugerindo que talvez se possa começar por aquelas áreas
261 que sejam mais frágeis, porém tendo o cuidado de se certificar da capacidade do
262 CEDH em responder a essas áreas, no sentido de estar acompanhando e, em sua
263 opinião esse tema precisa que seja feita uma discussão mais profunda. Cynthia
264 (CDH- Joinville) indagou a conselheira Sullivan (SDS) quanto a ausência de dados
265 da violência policial e para onde iriam essas queixas. Sullivan (SDS) respondeu que
266 provavelmente chega para a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP) ou
267 para a Secretaria de Estado de Administração Prisional e Socioeducativa (SAP). A
268 conselheira Erli (FINER) propôs para a construção do protocolo realizar um
269 diagnóstico situacional mencionando que apenas a área da criança e adolescência
270 possui dados consolidados sendo as demais áreas carentes de dados. Com base
271 em seu relato, a conselheira sugeriu fazer um diálogo intersetorial com os demais
272 conselhos assim como com as regiões do estado, fazendo o levantamento de suas
273 demandas. Outra sugestão dada pela conselheira seria estar estreitando diálogo
274 com grupo criado para discussão quanto a implantação da ouvidoria externa da
275 Defensoria Pública do Estado. E, finalizou informando a todos/as que o governo

276 federal excluiu o tema *violência policial* no que tange aos Direitos Humanos no
277 Brasil e, solicitou para que esse assunto fosse ponto de pauta de reunião futura
278 deste conselho. Cynthia (CDH-Joinville) disse que possivelmente a conselheira
279 Renata de Souza (SAP) não receba os dados de violência policial em geral e a
280 mesma acena de forma positiva. A conselheira Erli (FINER) mencionou que esse
281 tipo de assunto vai para as corregedorias e sugeriu que o CEDH tente estreitar
282 diálogo com àquelas. Cynthia (CDH-Joinville) se dirigiu a conselheira Sullivan (SDS)
283 e perguntou se seria possível que a mesma descobrisse para onde são
284 encaminhadas as denúncias. Nesse momento a presidente passou a palavra para
285 a Renata de Souza (SAP) que disse acreditar que a Ouvidoria-Geral do Estado seja
286 interligada com a corregedoria da SSP assim como o é, com a corregedoria da
287 SAP. E, finalizou se disponibilizando a verificar o fluxo da SAP para posteriormente
288 repassar a todos/as. **Encaminhamento: A Mesa Diretora irá discutir o material**
289 **construído pela diretora de Direitos Humanos e gerente de Políticas para**
290 **Mulher e Direitos Humanos da SDS, dando início a proposta a ser apresentada**
291 **na próxima plenária.** E, por fim, foi introduzido o **ponto 9 da pauta, assuntos**
292 **gerais.** Cynthia (CDH- Joinville) passou a palavra para a Secretária do conselho
293 para informe a ser repassado sobre convite a participar de Simpósio. E, na
294 sequência, a conselheira Erli (FINER) mencionou sua proposta colocada em
295 momento anterior sobre as reuniões com as mesorregiões do Estado com objetivo
296 de fazer uma busca ativa com relação as demandas regionais e, no futuro possa
297 ser utilizada para a construção do Plano Estadual de Direitos Humanos. A
298 conselheira indagou se todos/as eram a favor ou se havia alguma restrição. Cynthia
299 (CDH-Joinville) esclareceu que a ideia é dar visibilidade ao CEDH e ampliar a
300 capacidade do conselho de interlocução com as entidades nas regiões. Ficou
301 deliberado as datas e as mesorregiões dispostos da seguinte maneira: Primeira
302 mesorregião: Lages, no dia 06 de julho, Segunda mesorregião: Chapecó, no dia 27
303 de julho e por fim, terceira mesorregião: Florianópolis, no dia 10 de agosto, todas
304 com horário definido, a princípio, das 16 às 17h. Eu, Manuela Brandão da Silveira
305 Ribeiro, lavrei a presente ata, a qual, após lida e aprovada, será devidamente
306 publicada no portal da SDS-SC.